

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO Nº ___, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2004

Define os procedimentos, prazos e formas para promover a articulação entre o Conselho Nacional de Recursos Hídricos, os Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos e os Comitês de Bacia Hidrográfica, para fins de definição de prioridades de aplicação de recursos arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos e para subsidiar as decisões sobre a formulação da Política Nacional de Recursos Hídricos.

O CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CNRH, no uso das competências que lhe são conferidas pelas Leis nºs 9.433, de 8 de janeiro de 1997, e 9.984, de 17 de julho de 2000, e tendo em vista o disposto em seu Regimento Interno; e

Considerando que ao CNRH compete formular a Política Nacional de Recursos Hídricos e estabelecer diretrizes complementares à sua implementação, aplicação de seus instrumentos e atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SINGREH;

Considerando que o art. 21, § 4º, da Lei nº 9.984, de 2000, estabelece que as prioridades de aplicação de recursos a que se refere o *caput* do art. 22 da Lei nº 9.433, de 1997, serão definidas pelo CNRH, em articulação com os respectivos Comitês de Bacia Hidrográfica;

Considerando que o art. 5º da Resolução CNRH nº 41, de 2 de julho de 2004, estabelece a necessidade de resolução específica do CNRH para tratar da definição de procedimentos, prazos e formas para promover a articulação de que tratam o art. 4º da Lei nº 9.433, de 1997, e o art. 21, § 4º, da Lei nº 9.984, de 2000;

Considerando os recursos arrecadados a título de pagamento pelo uso de recursos hídricos de que trata o art. 17 da Lei nº 9.648, de 1998, com a redação dada pelo art. 28 da Lei nº 9.984, de 2000,

Resolve:

Art. 1º Esta Resolução define os procedimentos, prazos e formas para promover a articulação entre o Conselho Nacional de Recursos Hídricos, os Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos e os Comitês de Bacia Hidrográfica, para fins de definição de prioridades de aplicação de recursos arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos e para subsidiar as decisões sobre a formulação da Política Nacional de Recursos Hídricos.

Art 2º Os recursos da cobrança pelo uso de recursos hídricos de que tratam os incisos I, III, e V do art. 12, da Lei nº 9.433, de 1997, deverão ser aplicados exclusivamente na bacia hidrográfica em que forem arrecadados, de acordo com as prioridades estabelecidas pelo respectivo Comitê e atendida a legislação em vigor.

Art 3º Os recursos arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos de que trata o inciso IV do art. 12, da Lei nº 9.433, de 1997, deverão ser aplicados prioritariamente na bacia

hidrográfica onde foram gerados, de acordo com as prioridades estabelecidas pelos Comitês de Bacia Hidrográfica com atuação na bacia hidrográfica, ouvidos os respectivos conselhos estaduais e atendida a legislação em vigor.

§ 1º Caberá ao CNRH promover a articulação com os Comitês de Bacias Hidrográficas e os Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos, com vistas à obtenção das informações relativas aos estudos, programas, projetos e obras prioritários por bacia hidrográfica, com base no Anexo I, para fins do estabelecido no Art. 1º.

§ 2º Os Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos e os Comitês de Bacias Hidrográficas deverão encaminhar ao CNRH, até 10 de fevereiro de cada ano, as informações a que se refere o caput deste artigo, que serão encaminhadas à Agência Nacional de Águas - ANA.

§ 3º A ANA consolidará as informações recebidas, tomando como referência as diretrizes estabelecidas no Plano Nacional de Recursos Hídricos, e as encaminhará ao CNRH até 30 de março de cada ano, acompanhadas da previsão de arrecadação dos recursos da cobrança por bacia e das prioridades em termos da implantação e custeio dos órgãos e entidades do SINGREH e de propostas de prioridades de aplicação dos recursos.

Art 4º O CNRH definirá as prioridades para aplicação dos recursos da cobrança, tomando como referência as informações consolidadas e enviadas pela ANA, observado o exposto no art. 22 da Lei nº 9.433, de 1997, e nesta Resolução.

Art 5º O CNRH deverá articular-se com os demais órgãos governamentais para assegurar a integral aplicação dos recursos oriundos da cobrança pelo uso de recursos hídricos de acordo com as prioridades por ele estabelecidas.

Art 6º A Secretaria Executiva do CNRH deverá apresentar, até 30 de março de cada ano, o seu programa de trabalho e respectiva proposta orçamentária para o exercício subsequente e submetê-lo à aprovação do Conselho.

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARINA SILVA
Presidente

JOÃO BOSCO SENRA
Secretário Executivo

ANEXO I

DADOS DO PROPONENTE

NOME OU ENTIDADE	
CNPJ	
ENDEREÇO	
CEP	
NOME DO RESPONSÁVEL	
TELEFONE:	
CARGO:	
FAX:	
E-MAIL:	

DADOS DO EXECUTOR

NOME OU ENTIDADE	
CNPJ	
ENDEREÇO	
CEP	
NOME DO RESPONSÁVEL	
TELEFONE:	
CARGO:	
FAX:	
E-MAIL:	
RECURSOS DE CONTRAPARTIDA (acompanhado de declaração de sua existência)	

DADOS DO PROJETO

DESCRIÇÃO DO PROJETO	
JUSTIFICATIVA	
POPULAÇÃO DIRETAMENTE BENEFICIADA (HAB)	

METAS DO PROJETO	
BACIA HIDROGRÁFICA	
LOCALIZAÇÃO	
COMITÊ INSTALADO (SIM/NÃO)	
PROJETO INCLUÍDO EM PLANO DE BACIA APROVADO PELO COMITÊ (SIM/NÃO)	
VALOR ESTIMADO DO PROJETO	

_____(LOCAL)_____, ____ DE _____ DE _____

(Assinatura)